

## 2

### Sobre a juventude

#### Juventudes; diferentes enfoques sobre uma mesma temática

Este capítulo pretende abordar algumas das várias representações que se tem de juventude.

Ao pensar no jovem como cidadão, sujeito de direitos, capaz de ter um olhar próprio e participativo, que protagoniza escolhas que determinarão seu futuro, é natural que nos venha à seguinte reflexão: De que jovens estamos falando?

Na literatura encontramos várias definições do que é ser jovem. Não há, no entanto, um consenso do que se entende por juventude ou mesmo do tempo em que ela acontece.

Existem paradoxos e lacunas nas definições de juventude que encontramos na literatura. Entre os paradoxos podemos citar a idade em que o jovem é considerado um adulto responsável capaz de eleger os governantes de seu país, mas, no entanto, é considerado imaturo para conduzir um automóvel, ser pai/mãe ou assumir um cargo de confiança no mercado de trabalho. Afinal, qual a diferença entre ser adolescente e jovem em nossa cultura? Em que momento acontece a passagem da infância para a adolescência, da adolescência para a juventude e da juventude para idade adulta?

Não pretendemos responder aqui a todas estas questões, mas entendemos que para compreender o que é juventude necessitamos de um olhar variado para a questão.

De início devemos esclarecer que não é intenção deste estudo aprofundar as questões que permeiam a construção da infância e da adolescência como categorias. A categoria em relevância aqui, não menos complexa de definição, é a juventude. Ainda assim, entendemos que se faz necessário elucidar o que estamos chamando de adolescência e de juventude, já que para fins deste estudo, trabalhamos com jovens entre 18 e 24 anos e que, como veremos, encontram-se entre estes dois momentos da vida.

Na revisão de literatura empreendida para este estudo, constatamos que há similitudes e diferenças na definição de juventude para diferentes áreas do conhecimento e que, portanto, se faz necessário percorrer uma trilha que nos leva em diferentes direções. Com o objetivo de nos aproximarmos de um consenso sobre o tema, consultamos estudos nas áreas da psicologia, da educação e da sociologia.

## **A juventude enquanto fase do desenvolvimento: uma visão psicossocial**

A Psicologia tem contribuído muito para a compreensão do desenvolvimento psicossocial humano. São estudos que buscam apresentar o ser humano em fases da construção da personalidade desde o nascimento até a velhice.

Na tentativa de nos aproximar de um conceito que remeta ao jovem, objeto deste estudo, nos deteremos na fase da adolescência e idade adulta. Para alcançar este objetivo selecionamos três autores que, de forma distinta, se dedicaram ao estudo do desenvolvimento humano.

Um dos teóricos da Psicologia que contribuiu para o entendimento do ser humano foi Erik Erikson. A teoria de Erikson se baseia nos estudos da psicanálise de Freud. Como neofreudiano Erikson parte dos estudos de Freud através dos conceitos de id, ego, superego, (fase oral, anal e fálica), mas consegue ir além. Divide o ciclo de vida humano em oito fases que chamou de “estágios psicossociais” e que vão desde a infância até a velhice. O estágio denominado pelo autor de “Identidade Versus Difusão da Identidade” marca o início da adolescência (ERIKSON, 1971).

A adolescência para Erikson é marcada pelo impulso necessário ao abandono da segurança da infância em busca da segurança no mundo adulto. Durante este período o jovem busca estabelecer relações que o projetem socialmente. A sociedade, por sua vez, concede ao adolescente um tempo para descobrir-se e afirmar-se no mundo adulto, o que Erikson denomina “moratória social”.

Para efeitos deste estudo poderíamos dizer que os estágios apresentados por Erikson como “Intimidade Versus Isolamento” e “Reprodução Versus Estagnação” definiriam o período pós-adolescência, o que compreenderia o que convencionou-se chamar de juventude. Nestes dois estágios, segundo o autor, o ser humano afirma, ou não, o seu lugar de adulto em nossa sociedade. Neste período da vida é esperado que o jovem saia da moratória social que lhe foi concedida reafirme sua identidade e assuma responsabilidades por si mesmo e pela próxima geração.

Além de Erikson, uma das contribuições para as teorias do desenvolvimento, muito utilizada por áreas do conhecimento como a psicologia e a educação, é o modelo piagetiano. Jean Piaget, um biólogo de formação, dedicou-se a estudos e pesquisas na área

do desenvolvimento através da observação de seus filhos que nasceram entre 1925 e 1931. A partir dessas observações publicou duas obras: “O nascimento da inteligência na criança” (1936) e “A construção do real na criança” (1937).

De forma resumida, a teoria de Piaget é baseada em assimilações do ambiente pela criança, como uma construção cognitiva, que culmina com a adolescência. A adolescência seria um último estágio quando o jovem estaria apto a executar tarefas que exigem raciocínio mais elaborado. Este estágio foi denominado por Piaget de “Período das operações formais”, e compreende a idade de 12 anos em diante.

O período das operações formais marca o fim das “operações concretas” período anterior que tem seu início com a entrada na escola quando a criança ainda baseia seus esquemas mentais apenas no concreto ou na realidade. Nesse sentido, a adolescência seria um salto qualitativo onde esta limitação deixa de existir e “o sujeito será, então, capaz de formar esquemas conceituais abstratos conceituar termos como amor, fantasia justiça, esquema, democracia” (RAPPAPORT, 1981, p.74).

Parece haver um consenso entre Piaget e Erikson de que a adolescência teria início com a puberdade que pode acontecer a partir dos 12 anos em diante. Mas, não há uma definição fechada, em termos etários, que esclareça em que momento se encerra o período da adolescência para dar início à juventude. O que parece é que a juventude para os autores se inicia na adolescência e é um processo que avança até que a pessoa esteja apta a assumir sua identidade adulta. No entanto, nenhuma teoria do desenvolvimento garante que todas as pessoas alcançarão a maturidade psicossocial nem tampouco a suposta idade em que isso acontece.

Nem todos os teóricos da psicologia concordam com o conceito de adolescência. Rappaport (1993) nos traz a idéia de que a adolescência é uma construção social, um conceito historicamente determinado, um fenômeno da modernidade. Para esta autora, a adolescência é uma “invenção cultural” das sociedades ocidentais. Como exemplo, ela compara os jovens ocidentais que vivem em meio urbano com jovens que vivem em culturas menos sofisticadas, ou culturas tribais. Nestas estruturas sociais, o que determina a maturidade é o momento em que o jovem está apto para dar conta de sua subsistência e reprodução. Esta lógica é determinada pelo amadurecimento biológico, quando o corpo está apto a desenvolver determinadas tarefas e a procriar.

O que a literatura nos mostra é que, em termos psicossociais, espera-se que a pessoa venha a ser um adulto autônomo, responsável, capaz de ter consciência por seus atos, capaz de realizar-se pessoal e profissionalmente. Mas, não se pode generalizar a raça humana nem tampouco negar a realidade e as influências sociais que determinam estes processos em cada cultura. Afinal, é preciso considerar que as teorias são subjetivas e, portanto, não alcançam a diversidade e a multiplicidade de culturas e de relações que acompanham o processo de socialização humano.

Uma das críticas aos estudos como os de Erikson e Piaget, refere-se ao fato da juventude apresentar-se como um processo inacabado ou um “vir a ser” (SALEM; 1986). Nesta visão, o jovem necessita de um tempo de aprendizado necessário à condição adulta e, portanto, não é considerado suficientemente maduro para assumir as responsabilidades no presente.

Entendemos que ao se compreender o jovem como alguém que “ainda não é” estamos negando a sua condição histórica. Todo o jovem tem uma história de vida que começou a ser construída na infância e que resulta em sua personalidade singular.

Neste sentido, concordamos com a “Teoria do Aprendizado Social de Rotter” (1980), que define a personalidade não como algo estático ou imutável e sim como sendo parte do aprendizado de cada indivíduo. Segundo o autor, este processo é modificado por experiências novas apresentadas cotidianamente pelas contingências da realidade.

“A personalidade não é vista como um conjunto de características internas que o indivíduo carrega consigo de situação em situação, mas sim, como **um conjunto de potenciais**<sup>16</sup> para responder a tipos particulares de situações sociais” (ROTTER, 1980, p. 71).

Rotter, ao analisar a personalidade de um indivíduo como um conjunto de aprendizagens ou comportamentos adquiridos através de experiências vividas destaca a importância da história de vida de cada pessoa. Para este autor, “As novas experiências do indivíduo são influenciadas pelo que ele aprendeu no passado e o que aprendeu no passado é modificado pelas novas experiências”<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup>Grifo nosso.

<sup>17</sup> Idem.

Nesta visão psicossocial, o indivíduo é visto como um ser com potencial para o aprendizado. Neste sentido, não é possível definir a juventude de forma generalizada, pois de acordo com as aprendizagens sociais de cada um teremos jovens e jovens, ou seja juventudes. Sua condição e situação também não é estática, pois existe um potencial para a mudança. Sendo assim, inferimos que a situação do jovem pode ser alterada de acordo com comportamento e aprendizagens vividas por ele. As mudanças desejadas serão realizadas conforme a disponibilidade de cada um e serão influenciadas pelas contingências reais visto que o jovem é um ser social.

Neste sentido, Sheehy (1980) diz que apesar da convicção do jovem de que nenhuma decisão tomada pode ser mudada, nada é irrevogável e as mudanças, às vezes, são inevitáveis, ou seja, é possível mudar os planos futuros e isso nem sempre é negativo. Novas experiências e oportunidades podem se apresentar como subsídios para a realização dos sonhos e expectativas que permeiam a passagem para a idade adulta.

### **Juventude e sociedade: fatores que influenciam no processo de transição ao *status* de adulto**

Sem considerar neste momento a singularidade de cada ser humano, as desigualdades sociais que separam a população em geral não permitem que se fale em juventude no singular. Este é o caso do Brasil. Se por um lado temos os jovens das classes mais abastadas cumprindo um cronograma transicional para a idade adulta que se configura pela conclusão dos estudos, entrada no mercado de trabalho e constituição da família, de outro temos um contingente enorme de jovens, para quem estes padrões transicionais não se encaixam de forma alguma. Falamos daqueles jovens que por necessidade ou falta de oportunidades não conseguem concluir seus estudos, obter um emprego formal e conseqüentemente estruturar-se como chefe de família.

A sociedade “cobra” dos jovens seu posicionamento no mundo adulto. A transição passa a ser uma necessidade. Ao jovem que não conseguiu concluir os estudos nem tampouco estruturar-se no mercado de trabalho resta a transição através da paternidade/maternidade. A condição paterna/materna passa a ser a forma de o jovem mostrar ao mundo que cresceu, que já é pai/mãe e que por isso merece ser ouvido e respeitado. Com a vinda dos filhos, concluir os estudos e estruturar-se no mercado de

trabalho passa a ser um sonho cada vez mais distante para muitos jovens. Esta transição pode ocorrer com jovens de todas as classes sociais, mas se torna muito comum entre os jovens em condição de vulnerabilidade.

Aos jovens cuja família oferece um suporte emocional e financeiro para que se cumpram as etapas de transição à vida adulta, cabe a disputa por uma melhor colocação no mercado de trabalho que seja mais condizente com sua escolaridade e condição de vida. Ainda assim, muitos fatores como mudanças no comportamento social podem influir na aceleração ou retração deste processo.

Conforme a psicóloga Gabriela Calazans, “no Brasil das últimas décadas, podemos observar mudanças importantes em relação a cultura sexual e de gênero, bem como na escala de valores em relação à sexualidade” (CALAZANS, 2005, p. 216).

Das mudanças ocorridas no comportamento da sociedade em relação à sexualidade talvez o que chame mais a atenção seja a forma com que as famílias lidam com a sexualidade dos filhos. Se aos jovens de gerações passadas a sexualidade plena era aceita com a consumação do casamento, na sociedade atual incorporou-se com naturalidade as relações sexuais entre jovens como comportamento aceitável e até esperado. Atualmente, influenciadas por fenômenos como a violência ou até mesmo como sinônimo de modernidade, é comum as famílias aceitarem e até incentivarem que seus filhos/filhas tragam seus/suas namorados/namoradas para dormir em casa. Desse modo, essa intimidade antes conquistada com o casamento ou com a saída da casa dos pais, não é vista hoje, pela maioria dos jovens, como mais uma aspiração a se alcançar com a condição de adulto.

Além do exercício pleno da sexualidade como uma prerrogativa da adultez não ser mais um empecilho para que os jovens que residem com as famílias, outros arranjos foram feitos para que se prolongasse o processo de transição. Aos jovens de famílias mais abastadas que não vislumbram as mesmas oportunidades que seus bem sucedidos pais, cabe uma ajuda de custo financeiro caso deseje sua independência. Esta ajuda pode se traduzir na compra de um imóvel ou até mesmo uma mesada para completar as despesas sem que o jovem precise perder o padrão de vida oferecido no seio familiar.

Estes novos arranjos passam pela ampliação do tempo dedicado aos estudos e formação da carreira, pela escassez de oportunidades no mercado de trabalho e até mesmo pela não aceitação da realidade atual pelas famílias que vivenciaram um momento de

desenvolvimento econômico e acumulação de riquezas no país que não condiz com os dias atuais. Para alguns pais fica difícil conceber a idéia de que seus filhos não são os únicos responsáveis por não conseguirem uma boa colocação no mercado de trabalho e melhorarem de vida. Muitos até vêem os filhos como fracassados ou incapazes. Essa visão é compartilhada por alguns setores da sociedade.

O cotidiano de instabilidade, insegurança e violência que caracteriza nossa sociedade é frequentemente relacionado por parcela da opinião pública, e de forma mais intensa nas grandes cidades, à atitude dos jovens. Se não há dúvidas de que a passagem para a vida adulta traz conflitos próprios desta fase etária, também é certo que tais apreensões sociais não podem ser vistas como definidoras de um grupo tão amplo e diverso. As peculiaridades socioeconômicas e políticas da sociedade brasileira também produzem tensões que não podem ser atribuídas ao ímpeto juvenil. (CAMARANO; 2006).

Mas, se por um lado existe a insatisfação da família e da sociedade com a posição assumida por alguns dos jovens na atualidade, há também certa tolerância e até admiração pelo caráter volátil deste segmento populacional. Nesta visão tudo é aceito e perdoado. Os jovens são vistos como aqueles que podem fazer tudo, pois ainda tem muito tempo de vida e, por isso, devem aproveitar muito. Aproveitar neste sentido é não deixar passar nada, principalmente, os eventos e assuntos ligados à diversão e ao entretenimento. Por exemplo, sair com muitos garotos/as é visto com certo orgulho pelos pais que pensam que desde que não haja gravidez está tudo bem. Esta “moratória”, mais que autorizada e concedida, é muitas vezes incentivada. Estas atitudes podem favorecer a permanência do jovem na condição juvenil e até mesmo o desejo de não sair dela.

Este fenômeno é cada vez mais observado em discursos de adultos que recusam-se a crescer e a fazer parte de grupos de sua idade. Muitos destes adultos, chamados “adultescentes”<sup>18</sup>. São vistos como pessoas jovens de espírito que sustentam um estilo próprio.

---

<sup>18</sup> Neologismo surgido na imprensa britânica em 1997, que mistura as palavras *adult* (adulto) e *adolescent* (adolescente). De acordo com IWANCOW (2005), podem ter 30, 40 ou até 45 anos, ou idade não declarada, se assim preferirem. “A cultura do consumo e o adultescente”. Trabalho apresentado em Congresso pela publicitária Ana Elisabeth Iwancow. Doutora em Ciência da Comunicação pela UNISINOS, Brasil.

Os modelos de transição adotados pelas classes mais abastadas acabam por influenciar as famílias em situações de vulnerabilidade. Sem, no entanto, poder realizar da mesma forma esses modelos de transição, sobram angústias e sensações de fracasso para muitas famílias e jovens que trabalham e lutam, mas não conseguem melhorar de vida. Nas famílias mais pobres não é comum que o jovem permaneça na casa dos pais até que conquiste uma condição sócio-econômica estável.

A mídia também é responsável por ditar modelos e sonhos ideais à sociedade e, conseqüentemente, à juventude. No Brasil, temos o mercado das novelas no qual a ficção, muitas vezes, é percebida como realidade. Apesar de expor uma realidade contrastante com o que se vive; nas novelas brasileiras a pobreza é vista, na maioria das vezes, como produtora de pessoas de bem e honestas. As favelas e o subúrbio são retratados como lugares alegres onde até os granfinos vão para lazer. Geralmente nas tramas novelescas, o pobre se dá bem, consegue um bom emprego e, às vezes, até enriquece ao final da trama. Desta forma, a ficção acaba por servir como disfarce que ameniza e ilude a real situação da pobreza.

De outro lado, temos a mídia como transmissora da realidade, visão que contrapõe com os roteiros novelescos. A mídia que transmite as notícias e acontecimentos da realidade também apresenta sua visão de pobreza. Neste segmento da mídia, a pobreza pode ser vista como responsável pela criminalidade e pela sujeira das grandes cidades, e também, como consumidora de idéias e produtos.

Jornais, noticiários de televisão, revistas de fofocas sobre celebridades e de fofocas políticas, revistas de auto-ajuda para vários assuntos como moda, sexualidade, comportamento, beleza, estética, trazem, na maioria das vezes sem critério algum, análises de pesquisas duvidosas que acabam por servir como formadores de opinião e ainda como respostas a angústias e anseios de muitos, mas muito pior, acabam por levar a uma alienação de valores de consumo.

Nos meios de comunicação, a pobreza é muitas vezes retratada como o cerne da violência, da sujeira e do que é indesejável à sociedade. Se entre as famílias pobres uma jovem fica grávida é porque é desinformada, ignorante. Se um jovem pobre entra no tráfico de drogas é delinqüente, bandido e marginal. Se ele não é pobre a mídia não se refere a ele

como bandido e até tenta achar razões de ordem psicológica que justifiquem seu comportamento.

Numa perspectiva consumista, há ainda outra idéia de juventude que faz parte do imaginário social. Nesta concepção, a juventude está ligada à saúde do corpo, à beleza e à imagem. A moda também se apresenta como fator de inclusão em grupos e os modelos tendem a serem seguidos mesmo em diferentes classes sociais.

A valorização dos corpos e os novos padrões estéticos não podem ser dissociados, por um lado, de emergência de uma “cultura de consumo” autônoma em relação à produção e, por outro, da subordinação do gosto à “moda”, em sua dinâmica efêmera (ALMEIDA; TRACY, 2003).

Além do vestuário, outros recursos de consumo podem ditar a moda, como por exemplo, a transformação do corpo através de cirurgias e tratamentos estéticos.

Podemos dizer que o corpo humano atinge seu ápice de desenvolvimento biológico entre os 20 e 30 anos. A partir daí começa o declínio que é marcado pela diminuição na produção de hormônios e outras substâncias necessárias à renovação celular presente nos organismos vivos em processo de desenvolvimento. No entanto, existem outros fatores e recursos que podem prolongar a juventude do homem.

Devido ao avanço tecnológico e pesquisas na área, a medicina estética evoluiu muito. Os avanços são tão grandes que qualquer pessoa que não estiver satisfeita com sua aparência pode mudá-la completamente. Para a população interessada e que pode pagar por estes recursos, a medicina estética veio contribuir também para um prolongamento da juventude. Neste sentido, qualquer adulto, mesmo aos 40 anos, que esteja em boa forma e com boa aparência pode ser considerado e ser até chamado de jovem.

Com tratamentos avançados, a medicina vem contribuindo até mesmo para o aumento do período de procriação humana. Atualmente, é possível dar a luz ao primeiro filho aos 40 anos ou mais, e se não for gerar e conceber naturalmente, existem outros métodos que visam garantir a vinda de filhos, tanto para os homens quanto para as mulheres, mesmo em idade avançada. Desta forma, a concepção de natalidade não é mais prerrogativa de um corpo jovem.

Mas, se pela questão estética e pelos avanços na medicina é possível manter-se jovem até a meia idade, em outros aspectos não há como. Um exemplo dessa negação da juventude está nas imposições do mercado de trabalho aonde uma pessoa com 40 anos pode ser considerada velha para um cargo ou função. Essas especificidades confirmam a categoria juventude também como uma construção social e que, segundo Guimarães, não há como defini-la apenas no singular. Diz a autora:

[...] À visão singular da juventude como adolecer, como estado de irresponsabilidade provisória, dever-se-ia contrapor uma compreensão mais refinada da relação entre idade social e idade biológica que entendesse os cortes etários ou geracionais como resultados e não como pressupostos, de leis específicas de envelhecimento em diferentes campos, expressando as (di) visões em torno dos seus objetos correspondentes em disputa.<sup>19</sup>

## 2.2

### Juventude enquanto condição histórica

Ao considerar o jovem como aquela pessoa que se encontra em um período de transição para a vida adulta há que se avaliar de que juventude está se falando.

Para além da definição de juventude enquanto fase, estágio e situação de vida que apresentamos aqui, existe uma visão da juventude enquanto condição.

A idéia de condição e situação da juventude apresentada aqui está de acordo com a análise de alguns teóricos brasileiros da atualidade.

Sposito & Carrano (2003b, p. 17) analisam que a confusão em se conceituar a juventude se dá pela dificuldade em se separar o sujeito concreto da condição e situação que a juventude apresenta. Para os autores, a condição juvenil é o “modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo de vida”. A situação juvenil “traduz os diferentes percursos que esta condição experimenta a partir dos mais diferentes recortes: classe gênero e etnia”. Nas palavras dos autores:

---

<sup>19</sup> Nádía Araujo Guimarães. *Trabalho: Uma categoria chave no imaginário juvenil?*, (2005, p. 153-154). In: ABRAMO Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). “Retratos da juventude brasileira: Análise de uma Pesquisa Nacional”. São Paulo, Instituto Cidadania e Fundação Perseu Abramo, pp. 149-174.

Tem sido recorrente a importância de se tomar a idéia de juventude em seu plural – juventudes – em virtude da diversidade de situações existenciais que afetam os sujeitos. No entanto, parte dessa imprecisão parece decorrer da superposição indevida entre fase da vida e sujeitos concretos, aspectos que, por exemplo, para os estudiosos não se superpõem, como afirma Attias- Donfut (1996). Infância e crianças são noções que exprimem estatutos teóricos diferentes, operação ainda não delimitada claramente pelos estudiosos da juventude, pois consideram jovens – sujeitos- e fase de vida- juventude como categorias semelhantes.

Dentro da multiplicidade de subjetividades e realidades que permeiam a juventude há fatores culturais e políticos que nos levam a formular a seguinte questão: Será que sempre se falou em juventude como uma categoria de relevância no espaço público? Em busca de uma compreensão maior sobre a construção sócio-histórica da juventude e sua pluralidade buscamos na literatura a origem que remonta os estudos em torno da questão.

Segundo Quiroga, “A análise da presença juvenil no espaço público, principalmente urbano, tem pelo menos duas grandes tradições de estudo: uma de origem americana protagonizada pela escola de Chicago e outra francesa”. Os estudos da juventude na América “remonta aos anos 30, quando a delinqüência juvenil torna-se um dos objetos clássicos de sua pesquisa sociológica” (QUIROGA, 2002, p. 224-225).

Os movimentos juvenis que tiveram início nos Estados Unidos, anos 50 e 60 e na França nos anos 1960 e 1970, posteriormente se espalharam pela Europa e América Latina como uma “onda” e tinham por finalidade reivindicar o reconhecimento da juventude e da mulher como atores sociais, em oposição à ordem estabelecida. Os movimentos definidos como contracultura ganharam força, conforme análise de Edgar Morin (1977. p.11):

[...] A onda de choque, que tende a adquirir forma de contracultura e de revolução cultural ao mesmo tempo, e a onda larga, na qual uma nova cultura juvenil se difunde no interior da juventude, modifica as relações pais/filhos, adultos/jovens, transforma os modelos de comportamento, as relações amorosas e faz surgir a juventude como uma espécie de ‘classe de idade daqui por diante ator da cena social e política’.

Dessa forma, a juventude surge no espaço público como um grupo que, se por um lado é visto como anárquico, por outro é visto como libertador da ordem estabelecida e das amarras do conservadorismo.

Mas, se de um lado, através desses movimentos, os jovens ganhavam relevância na esfera pública, de outro não eram organizados em termos de participação política na elaboração dessas mudanças. As reivindicações eram pensadas sob a égide de um desejo libertador sem planejamento ou organização, talvez até sem responsabilidades ou compromisso com as mudanças. Os movimentos estavam ligados a transformações culturais e não necessariamente políticas. Segundo análise do psicólogo B. F. Skinner (1995, p. 160),

[...] os jovens contestaram as três principais instituições: o governo, vandalizando, roubando e chamando os policiais de porcos; os negócios e a indústria, recusando-se a trabalhar e mendigando as coisas de que necessitavam; e a religião organizada, voltando-se para as formas não organizadas do Oriente. Foi uma forma de anarquia não agressiva. Sobreviveu por algum tempo apenas porque foi tratada com notável condescendência. Não conseguiu sobreviver por um longo prazo porque seus seguidores não encontraram substitutos para as instituições que abandonaram. [...] Um dos saldos dos anos 1960 foi uma preocupação maior com o futuro do mundo e de seus habitantes.

Os movimentos juvenis na época suscitaram muitas leituras e reflexões que, inegavelmente, foram marcadas pela surpresa em ver na cena pública o jovem como protagonista. Essa surpresa pode ser confirmada nas palavras de Arendt<sup>20</sup> quando diz: “Menosprezando todas as diferenças nacionais, que naturalmente são muito grandes, e levando em conta somente que se trata de um movimento global [...] a primeira coisa que me surpreende é sua determinação para agir, sua alegria em agir, a certeza de poder mudar as coisas pelos seus próprios esforços” (1970, p. 174).

As revoluções que marcaram a segunda metade do século passado, na análise de Paul Singer, despertaram nos jovens da época o desejo de ser revolucionário. O contexto mundial marcado por uma série de revoluções como “A revolução Chinesa, em 1949, a

---

<sup>20</sup> Em entrevista concedida ao escritor alemão Adelbert Reif (1970) sobre a questão do movimento estudantil revolucionário nos países ocidentais. *Reflexões sobre Política e Revolução: um comentário*.

Cubana, dez anos depois, a Argelina, em 1962, a Vietnamita, que durou de 1965 a 1975, a dos Cravos, em 1974, e a Sandinista, na Nicarágua, em 1979, [...]” favoreciam a ideologia de tomada do poder através da força. Esse cenário muda a partir de 1970, inclusive no Brasil e aos poucos “[...] a tomada do poder como via rápida para um mundo melhor foi perdendo adeptos”. Os jovens de hoje são, então, os filhos dos jovens que viveram este cenário de conflitos e revoluções e que se depararam com a desilusão de não ter seus ideais políticos atendidos por meio da força (SINGER, 2005, p. 30-31).

No Brasil dos anos 60, os movimentos juvenis que questionavam o regime militar e o movimento hippie que pregava a liberdade sem regras seguiam essas tendências mundiais. Essa visão do jovem ligado aos processos culturais da sociedade caracteriza uma visão romântica de juventude. A idéia do jovem como propulsor da cultura e protagonista de movimentos sociais, que questionava valores e crenças, faz com que olhemos para a juventude dos anos 60 e 70 com certa nostalgia. Esta nostalgia leva a comparação com a juventude atual que sobre este olhar é vista como individualista, apática, e sem comprometimento com a coletividade (ABRAMO, 1997; COSTA 2002).

Mas, a juventude brasileira dos anos 60 e 70, envolvida em movimentos políticos e sociais, não representava todo o contingente jovem brasileiro. Os jovens engajados nos movimentos eram, em sua maioria, estudantes universitários, filhos da classe média e da elite, e não da classe operária. Esse é apenas mais um ponto que nos leva a concluir a impossibilidade de definir juventude como uma categoria singular. De acordo com análise de Abreu (1977, p.184):

[...] Um acontecimento atinge todos os indivíduos, logo todas as gerações, mas a forma e a intensidade serão diferenciadas em relação a cada indivíduo. Um fato pode marcar profundamente um jovem, influenciando a sua visão de mundo, seus valores, atitudes, comportamentos e com repercussões sobre sua socialização. Esse mesmo fato pode não ter nenhum ou pouco impacto sobre outros jovens [...].

A dificuldade em definir um conceito fechado de juventude passa pela diversidade de sujeitos e a multiplicidade de situações sociais do qual fazem parte. Nesta direção alguns autores consideram o termo “juventudes” mais apropriado. Assim a juventude caracteriza-se por um segmento plural e multifacetado que é influenciado por fatores culturais,

condições sociais, gênero e etnia (NOVAES, 1998; CARRANO, 2000; CASTRO & ABRAMOVAY, 2002; ABRAMO, 2005).

“Definir juventude implica muito mais do que cortes cronológicos, vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, como trabalho, educação, comunicações, participação, consumo, gênero, raça etc.” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2003, p. 17).

A reflexão acima expressa a complexidade e diferenças que permeiam a contextualização da juventude como categoria. No Brasil, tais diferenças podem não ser tão díspares entre jovens das classes sociais média e alta, mas acentua-se bastante quando comparamos a realidade social que estes estão inseridos com aquela dos jovens que vivem em contexto de pobreza.

### 2.3

#### **Questão social: um mundo para os jovens**

A análise da juventude como questão social nos remete à contextualização das políticas sociais no cenário mundial e sua repercussão no panorama brasileiro.

A realidade social de grandes desigualdades caracteriza a juventude como uma população em situação de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade neste estudo é vista como a falta de um conjunto de fatores e recursos ao qual vivenciam grande parte da população ou ainda:

[...] O resultado negativo da relação entre disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade [...] (ABRAMOVAY, 2002, p.13).

No Brasil, no que se refere à vulnerabilidade da população jovem, usa-se como referência o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) criado pela Fundação SEADE em São Paulo, em 2002. No entanto, o IVJ mede especificamente a vulnerabilidade da juventude ao crime não se propondo a ser um índice extenso de desenvolvimento da juventude. Neste sentido, a UNESCO, que vem desenvolvendo estudos sobre a população jovem no Brasil desde 1997, criou o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ). Com base nos estudos que abordam a realidade social e que levam juventude a ser vista como questão social, o IDJ

apresenta um índice sintético através das dimensões “educação, renda e saúde”. “A criação do IDJ é sem dúvida uma contribuição ímpar para a focalização do planejamento e da execução de políticas sociais para a juventude” (WAISELFISZ, 1998, pp.7-8).

Com o objetivo de entender a situação de vulnerabilidade social que se encontra grande parte da juventude brasileira, apresentamos a seguir um breve percurso histórico, político e social do Brasil. Como mencionado na introdução desta dissertação, os jovens participantes nesta pesquisa nasceram em um contexto de mudanças no cenário político brasileiro. Sendo assim, faremos um retrocesso na história até meados de 1980. Acreditamos que este breve percurso nos permite uma melhor compreensão da realidade atual vivenciada pela juventude brasileira.

As revoluções e movimentos nos anos 60 e 70 não impediram as mudanças no cenário econômico mundial. O sistema neoliberal abre as fronteiras internacionais levando as indústrias a mudarem para os países em desenvolvimento que ofereciam, entre outras vantagens, mão de obra mais barata. Esse movimento desencadeia a crise no estado de bem-estar social. Os gastos sociais com a população sofreram fortes cortes levando a privatização de grande parte da assistência à população pobre. Essa realidade atingiu duramente as famílias mais pobres que contavam com a assistência do Estado.

A nova ordem econômica mundial trouxe o agravamento das condições sociais como desemprego, pouco investimento em políticas públicas de combate a pobreza, ou seja, um recuamento do Estado que passou a dividir suas responsabilidades com a sociedade civil que representada, principalmente pelas ONGs, tenta dar conta deste déficit.

Boaventura Souza Santos (1999), ao fazer uma análise sociológica dos anos oitenta e noventa diz:

Do ponto de vista sociológico, a década de oitenta será uma década para esquecer? Está na tradição da sociologia preocupar-se com a “questão social”, com as desigualdades sociais, com a ordem/desordem autoritária e a opressão social com que parecem ir de par com o desenvolvimento capitalista. À luz desta tradição, a década de oitenta é sem dúvida uma década para esquecer. No seu decurso, aprofundou-se, nos países centrais, a crise do estado-Providência que já vinha da década anterior e com ela agravaram-se as desigualdades sociais e os processos de exclusão social [...], Nos países periféricos o agravamento das condições sociais, já de si tão precárias, foi brutal.

No Brasil, em 1985, após 21 anos de regime militar, o Congresso elege José Sarney para Presidente. Este foi um governo de transição entre o regime anterior e o regime democrático que foi consolidado em 1989 com a primeira eleição direta no país.

Segundo análise de Paul Singer, os 21 anos de regime militar no Brasil aceleraram o crescimento da economia, mas por outro lado, intensificaram as diferenças de classes. Fazendo um balanço dos 21 anos do governo militar, o autor diz que ao final deste processo, os pobres estavam ainda mais pobres e os ricos ainda mais ricos (SINGER, 1986).

Em uma análise das políticas sociais para a infância e adolescência no Brasil, Costa (sd) considera os anos oitenta como uma década perdida em termos de desenvolvimento marcada pela desaceleração da economia. Por outro lado, o autor considera a época como de engajamento e de lutas e avanços no campo dos direitos. Sobre as conseqüências para a população infanto-juvenil impostas pelo regime militar, Costa (sd, p.63) diz:

Um dos aspectos mais cruéis do regime autoritário, que nas duas últimas décadas imprimiu em todos os setores da vida nacional o selo da injustiça e da desigualdade, foi a frieza e o alheamento com que se viu conduzida neste período a questão dos direitos humanos das crianças e adolescentes das camadas mais pauperizadas da população.

O saldo negativo deixado pelo governo militar, entre eles as dívidas aos países ricos, atingiu profundamente a economia brasileira. Uma das heranças deixadas ao final do governo militar, a inflação atingiu duramente à população brasileira, principalmente os mais pobres. Neste cenário, o novo governo lança o “plano cruzado”, uma nova moeda na tentativa de conter as altas taxas de juros.

Em 1989, os brasileiros elegem Fernando Collor de Mello para a presidência na primeira eleição direta da história do país. O governo de Collor foi marcado pelas altas taxas de juros, inflação galopante e retenção do dinheiro da população em um golpe que resultou no *impeachment* em 1993.

Em 1994, é eleito Fernando Henrique Cardoso para a presidência do Brasil. No governo FHC os brasileiros já usavam uma nova moeda, o real. O governo de FHC, que

durou oito anos<sup>21</sup>, foi marcado pelo apoio à globalização mundial da economia que resultou na privatização de empresas estatais e pelo pouco investimento no social.

Em 2002, o Brasil elege Luís Inácio Lula da Silva para presidente. A eleição de Lula pode ser vista como uma reinvidicação da população por investimento na área social.

O primeiro mandato de Lula foi marcado pela criação de programas populares de ajuda à população necessitada, entre eles Bolsa Família e Bolsa Escola. Os programas sociais implementados no seu governo receberam muitas críticas, principalmente em seu segundo mandato, por serem vistos como paliativos e não objetivarem a redução da pobreza no país. No entanto, o governo Lula vem trabalhando na ampliação de investimentos na área social.

Apesar do *slogan* utilizado pelo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva que define o Brasil como “Um País de Todos” esta realidade social ainda está longe de ser vivenciada pelos brasileiros. As políticas sociais desenvolvidas pelos governos anteriores teoricamente pensadas em prevenir tais desigualdades fracassaram. O que a realidade nos mostra é um quadro desalentador aonde as políticas sociais são pensadas e executadas na tentativa de diminuir a distância histórica entre ricos e pobres.

Esta realidade atinge o presente e o futuro de milhões de brasileiros, mas, principalmente, aqueles que necessitam de uma oportunidade para estruturar sua autonomia frente à adversidade, ou seja, os jovens das camadas mais pobres.

No Brasil, a juventude começa a ser uma preocupação da sociedade civil e assunto de pautas políticas a partir da segunda metade da década de 1990 com o aumento da população de jovens com idades entre 15 a 24 anos. Na ausência de anos de formulação de políticas públicas que beneficiassem esta população, as ações que se seguiram nem sempre foram pensadas de forma a preparar o jovem para cumprir o seu papel de futuro adulto. De modo geral, os jovens passaram a chamar a atenção da sociedade como vítimas ou protagonistas de problemas sociais (FREITAS & PAPA. Orgs., 2005, p.7).

A realidade social de grandes desigualdades entre ricos e pobres estende-se em várias esferas. A maioria dos jovens brasileiros que vivem em contexto de pobreza não tem oportunidade de concluir os estudos. A realidade se apresenta de forma diferente para os

---

<sup>21</sup> FHC foi reeleito em 1998.

diversos segmentos de jovens. Enquanto nas classes mais abastadas o jovem prioriza os estudos, nas classes populares eles, muitas vezes, deixam de lado a formação da carreira por necessidade, pela sua sobrevivência e da família.

Na falta de oportunidades de trabalho, muitos destes jovens buscam como alternativa sua inclusão em programas sociais oferecidos pelo Estado ou por ONGs. Um dos fatores que motiva o jovem a entrar num programa é uma ajuda de custo em dinheiro.

No que se refere a faixa estaria a que se destina o PROJOVEM, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2003, havia no Brasil 23,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos, o que representava, aproximadamente, 13,5% da população total. O que vem sendo denominado como “Onda Jovem” não revela nada de dinâmico ou animador como poderia se pensar de um país com uma população tão jovem, pelo contrário, no que diz respeito à educação, um dos pressupostos básicos de uma política democrática e um direito, as estatísticas não são nada animadoras para não se dizer algo pior.

Em relação à escolaridade desse grupo a PNAD indica que dos 23,4 milhões de jovens, apenas 7,9 milhões (34%) estavam freqüentando a escola. Portanto, 15,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos estavam fora da escola. Desse contingente, 753,4 mil (4,9%) eram analfabetos; 5,4 milhões (35,3%) não haviam concluído o Ensino Fundamental; 1,7 milhão (11%) havia concluído o Ensino Fundamental; 1,2 milhão (7,8%) havia começado, mas não concluído o Ensino Médio; 5,8 milhões (37,5%) haviam concluído o Ensino Médio; 547 mil (3,5%) havia cursado pelo menos um ano de Ensino Superior.

Visto que a educação é uma exigência para se inserir no mercado de trabalho formal e como foi mostrado, um grande contingente de jovens brasileiros está fora da escola, conclui-se que está também sem trabalho. Dados confirmam que dentre esses jovens, 14 milhões (60%) desenvolviam algum tipo de ocupação, sendo que 13% ou 3,0 milhões de jovens declararam-se como desempregados. As maiores taxas de desemprego encontravam-se nas regiões metropolitanas, 24,6%, enquanto, nas áreas urbanas chegavam a 17,6%.

Dados do Censo de 2000 do IBGE revelam que 84% dos jovens brasileiros viviam no meio urbano, sendo que 31% em regiões metropolitanas. As condições de moradia são

caracterizadas pela infra-estrutura precária, com ausência de equipamentos urbanos e segurança pública, em favelas ou periferias.

Segundo o Mapa da Violência das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2004), fatores de diversas ordens influenciam o destino de milhares de jovens, mas alguns desses fatores parecem ter papel mais marcante: a pobreza; as crescentes dificuldades de inserção no mundo do trabalho; os problemas de escolarização e do preparo profissional; a falta de perspectivas; a exposição a situações de risco, como a violência e o tráfico de drogas; diversos conflitos e violências como o preconceito racial e o descrédito nos sistemas jurídico, político e social. Enfim, não são poucos os fatores que levam o jovem à insegurança, à baixa-estima e ao desinteresse pelo mundo em que vive. Com isso, a juventude pobre acaba consolidando o perfil de alto risco.

Essa realidade leva a outros fatores de ordem psicológica. A falta de perspectiva tende a caracterizar quadros de apatia e revolta. A apatia leva a conformação com a realidade e tem, como consequência a acomodação. Nesse caso, o sujeito, sem saber como agir para transformar sua realidade, não participa, fica aguardando soluções assistenciais emergenciais e esperando que um terceiro agente mude as contingências que o cercam.

Se este quadro atinge a todo um contingente jovem, torna-se especialmente perverso quando se avalia o conjunto dos jovens inseridos em um contexto de pobreza, uma vez que a atenção pública a este segmento é fundamental para definir o acesso que este terá a um determinado serviço e a oportunidades futuras.

A realidade do jovem pobre, na maioria das vezes, é permeada pelas preocupações com o futuro e com a família. Enquanto os jovens das classes média e alta são amparados pelos pais até a conclusão dos estudos, a maioria dos jovens pobres, por necessidade, larga os estudos para trabalhar. Essa é a juventude a quem se destinam às políticas públicas no Brasil.

Os jovens necessitam de uma estrutura social básica para poderem se afirmar como cidadãos do futuro. Nesta base necessária teríamos a educação como o grande pilar para a inserção no mercado de trabalho. Infelizmente, a educação de qualidade não é para “todos”, pelo contrário, é alcançada apenas pela elite ou a minoria abastada.

## 2.4

### **PROJOVEM: o que é e o que pretende**

Para o governo, a criação da Política Nacional de Juventude representa um novo marco nas políticas designadas a este segmento da população. E esta nova política é inaugurada com o PROJOVEM<sup>22</sup>.

O PROJOVEM é um Programa coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República por meio da Secretaria Nacional de Juventude e é executado em parceria com as prefeituras das 27 capitais brasileiras e das 34 cidades das regiões metropolitanas.<sup>23</sup>

O PROJOVEM apresenta um diferencial em termos de política pública para a juventude. Uma das diferenças está na ampliação da faixa-etária ao qual se destina o Programa (18 a 24 anos). Esse dado representa uma inovação já que os Programas anteriores pensavam o jovem como a pessoa até 18 anos de idade, ou seja, segundo o ECA, um adolescente. Outro dado inédito no PROJOVEM é o fato de ser o primeiro Programa a agregar ações de quatro ministérios: Ministério da Educação, Ministério de Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Além disso, a metodologia aplicada no PROJOVEM é inovadora, pois trata de três eixos temáticos que são: educação básica (conclusão do ensino fundamental); ação comunitária (participação através de ações voltadas ao interesse público); e noções técnicas profissionalizantes (qualificação básica para o trabalho).

Como Programa Social o PROJOVEM tem um caráter emergencial que vem para, aparentemente, cobrir um déficit na educação. O PROJOVEM destina-se aos jovens de 18 a 24 anos que concluíram a quarta, mas não a oitava série do ensino fundamental, que não estão matriculados nas escolas e não têm vínculos formais de trabalho. A proposta é de que, após um ano no Programa, o jovem esteja apto para prestar um exame que lhe conceda um diploma de conclusão do ensino fundamental.

---

<sup>22</sup> “Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, programa emergencial e experimental, destinado a executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local.” (Lei N.º 11.129, de 30 de junho de 2005)

<sup>23</sup> A parceria firmada com as prefeituras das capitais, segundo a coordenação Nacional, não inviabiliza outras parcerias locais, entre elas, os governos estaduais, universidades e sociedade civil.

Segundo o governo, o PROJOVEM representa muito mais do que um curso supletivo. A expectativa é de que o programa amplie aos jovens oportunidades de inclusão social através dos estudos e do trabalho. Para isto são oferecidas atividades de arte e cultura, fundamentos de língua estrangeira e de informática. Ao final de um ano, o governo acredita que o certificado de participação no programa, além de permitir a entrada do jovem no ensino médio, facilitará sua entrada no mercado de trabalho ou atuação por empreendimento próprio em sistema de cooperativa ou economia solidária.

Apesar de o governo garantir que não visa à distribuição de renda com o programa e sim a inclusão para a cidadania, talvez, o maior incentivo para que o jovem ingresse no PROJOVEM seja o valor de cem reais mensais oferecidos na forma de bolsa.

Através do PROJOVEM o governo tem como meta atuar em todas as 27 capitais brasileiras, atendendo a 400.000 jovens, no período de maio de 2005 a abril de 2007<sup>24</sup>. Esse contingente representa cerca de 40% do universo de jovens de 18 a 24 anos que vivem nas capitais e estão fora da escola.

Se por um enfoque este dado parece positivo, de outro, ganha dimensões assustadoras. Se em três anos o governo atingir esta meta significa que o PROJOVEM agregará, durante este período, 400.000 jovens brasileiros que não concluíram o ensino fundamental e estão desempregados. Ainda, se confirmada a questão da renda como o grande atrativo do Programa, significa que se trata de uma população para quem cem reais mensais significam muito.

A questão da precariedade de renda é confirmada pelo Censo 2000 do IBGE. Segundo os dados apurados pelo Censo (68,7%) dos jovens brasileiros vivia em famílias que tinham uma renda *per capita* menor do que um salário mínimo (dentre esses encontramos 12,2% (4,2 milhões) em famílias com renda *per capita* de até ¼ do salário mínimo). Apenas 41,3% (14,1 milhões) vivia em famílias com renda *per capita* acima de um salário mínimo.

---

<sup>24</sup> O PROJOVEM teve como meta, no ano de 2005, atuar em todas as 27 capitais brasileiras atendendo a 200 mil jovens. Esse contingente representa cerca de 20% do universo de jovens de 18 a 24 anos que vivem nas capitais, que terminaram apenas a quarta série do ensino fundamental e não possuem vínculo formal de trabalho. Em 2006 o programa foi ampliado para as cidades das regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes. Nessas localidades a expectativa é atender cerca de 60 mil jovens.

O PROJOVEM caracteriza-se como um curso que tem por objetivo proporcionar a formação integral de jovens por um período de um ano. A formação integral compreende 800 horas de atividades pedagógicas de formação escolar, 350 horas de qualificação profissional e 50 horas de atividades desenvolvidas na comunidade onde o aluno reside. Além dessas 1.200 horas, o currículo abrange mais 400 horas de atividades não presenciais<sup>25</sup> perfazendo um total de 1.600 horas.

A inscrição no PROJOVEM é feita pelo próprio jovem através do telefone 0800-6427777. Para se inscrever ele deve informar o número da carteira de identidade ou certidão de nascimento, número do CPF, endereço residencial com o número do CEP e, se possível, um número de um telefone para recados. Um dos incentivos para a adesão ao programa é uma bolsa de cem reais. A bolsa é concedida aos alunos que freqüentam, pelo menos, 75% das aulas. O recurso é pago pelo governo federal através da Caixa Econômica Federal (CEF). A seguir veremos como cada um dos eixos do programa se desenvolve.

No eixo da educação o PROJOVEM objetiva cobrir um déficit social, ou seja, oferecer aos jovens de 18 a 24 anos que concluíram a 4ª, mas não concluíram a 8ª série, uma oportunidade de continuação dos estudos.

Além das disciplinas que fazem parte do currículo pedagógico o programa tem por objetivo oferecer aulas de informática. Os laboratórios de informática são montados com equipamentos fornecidos pelo governo federal. Os espaços para as aulas podem ser escolas ou outros conforme a coordenação do programa em cada região.

Uma das características do programa é incentivar o protagonismo juvenil e a participação. Essa é a meta do segundo eixo do Programa. O conceito de protagonismo e participação vêm aliados à idéia de mobilizar as potencialidades do jovem para a participação na vida comunitária. O PLA (Plano de Ação Comunitária) é uma das bases curriculares do PROJOVEM e a ferramenta para se trabalhar estes dois componentes essenciais ao exercício da cidadania.

A ação comunitária tem por meta despertar a participação do jovem para os problemas da sua comunidade. O objetivo é que o através do olhar do jovem para os

---

<sup>25</sup>As horas não-presenciais serão dedicadas às leituras e atividades das Unidades Formativas e à elaboração de planos e registros - individualmente ou em pequenos grupos - nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes. Dados extraídos do site do PROJOVEM no endereço: [http://www.projovem.gov.br/html/ocurso\\_desenho.html](http://www.projovem.gov.br/html/ocurso_desenho.html). Data e hora do registro: 15/01/2007 as 17:16 horas.

problemas enfrentados em sua comunidade, ele pense em alternativas de melhorias deste contexto. A idéia é que o jovem, num primeiro momento, faça um diagnóstico social da realidade ao qual está inserido. Após diagnosticar os problemas o jovem deverá elaborar um projeto de mudança onde apresentará alternativas segundo sua visão.

O terceiro e último eixo trata da capacitação ou qualificação do jovem para o mercado de trabalho. A coordenação geral do Programa elegeu 26 profissões possíveis para a capacitação durante o ano que o jovem frequentará o programa. Cabe às coordenações regionais eleger dentre elas as que mais se encaixam no perfil de cada região. A qualificação profissional tem por objetivo inserir o jovem no mercado de trabalho. Para alcançar esta meta é preciso que as profissões eleitas estejam em consonância com o mercado de trabalho de cada cidade.

O Rio de Janeiro recebeu trinta e duas mil inscrições na primeira seleção para o PROJOVEM, em 2005. Segundo o relatório da coordenação do programa no Rio, somente dez mil alunos conseguiram efetivar a matrícula.

O PROJOVEM no Rio é gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e pela Secretaria Municipal de Governo (SMG). Os membros que compõem a Coordenação Municipal estão institucionalmente ligados a SMAS que é o órgão que vem assumindo a execução do Programa.

O corpo técnico que desenvolve a Ação Comunitária no Rio de Janeiro é composto de servidores da SMAS. São assistentes sociais que já executavam trabalhos nos Centros de Referência de Assistência Social – CEMASIS que foram os locais definidos para o funcionamento das Estações da Juventude. Já os núcleos funcionam nas escolas municipais. O primeiro grupo de Estações teve as atividades iniciadas em novembro de 2005. Além dos funcionários da SMAS, o Programa conta com a participação da sociedade civil que, no caso do Rio de Janeiro, são técnicos indicados por ONGs parceiras.

Em relação ao eixo da qualificação profissional dos alunos do PROJOVEM, dentre as 26 profissões sugeridas pelo programa o PROJOVEM/Rio optou por: Turismo e Hospitalidade, Esporte e Lazer, Arte e Cultura I e Construção Civil e Reparos I.